

pela sua bancada parlamentar, expressão que, segundo argumenta, reforça a «natureza e dignidade do homem», entendendo «que não é demais tudo quanto se possa inserir nesta Constituição para obrigar todos quantos porventura tenham a obrigação de a respeitar e o desejo de a respeitar, para impor a todos esses, dizia, a necessidade de terem sempre perante os olhos e a consciência um texto limitativo de qualquer arbitrariedade.» Considera ainda que «a inserção neste texto da Constituição de uma expressão que é, porventura, a mais nobre aquisição de filosofia política dos últimos duzentos anos» é não apenas plenamente justificada, como decorrente de um dever ético dos deputados que, ao inscrever tal expressão na Constituição, ficariam «perfeitamente bem colocados perante o futuro e a história». Sucessivamente eleito deputado à Assembleia da República nas I (1976-80), II (1980-83), III (1983-85), V (1987-91) e VI (1991-95) Legislaturas, exerceu as funções de presidente do Parlamento entre 8 de janeiro de 1980 e 21 de outubro de 1981, data em que é substituído pelo deputado do CDS Francisco de Oliveira Dias. Foi reinvestido no cargo em 3 de novembro de 1982, que desempenhou até 30 de maio de 1983. Por inerência do cargo de presidente da Assembleia da República, integra o Conselho de Estado, órgão de consulta do presidente da República criado na sequência da revisão constitucional de 1982. Entre 1985 e 1987, é convidado pelo primeiro-ministro Aníbal Cavaco Silva para integrar o elenco do X Governo Constitucional, assumindo a pasta da Defesa Nacional, para a qual, segundo o então chefe do governo, Ribeiro de Almeida se adequava, enquanto «personalidade respeitada e com perfil político de relevo, de modo a ser bem aceite pelos militares». Foi agraciado com as Grã-Cruzes da Ordem Militar de Cristo e do Infante D. Henrique, com a Comenda da Ordem do Mérito Civil de Espanha, com o grau de Grande Oficial da Ordem do Mérito de França e com a Grã-Cruz da Ordem de Honra da Grécia.

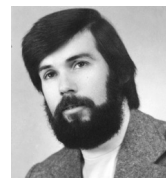
Edmundo Alves

Fontes e bibliografia

Arquivo Histórico Parlamentar, Assembleia Constituinte, Registo Biográfico dos Deputados; Arquivo Histórico Parlamentar, *Diário da Assembleia Constituinte*; *Correio do Ribatejo*; *O Mirante*; Silva, Aníbal Cavaco, *Autobiografia Política*. Vol. I. Lisboa: Temas & Debates, 2002; Sousa, Marcelo Rebelo de, *A Revolução e o Nascimento do PPD*. 2 vols. s.l., Bertrand Editora, 2000; Sítios da Internet: <http://www.ordens.presidencia.pt/?idc=153&list=1>, consultado em 25 de março de 2016; <http://www.ordens.presidencia.pt/?idc=155&list=1>, consultado em 25 de março de 2016.

ALVES, Eleutério Manuel

(n. 1947)



Atual provedor da Santa Casa da Misericórdia de Bragança e tesoureiro da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, nasceu em Vinhais no dia 3 de março de 1947. Filho de Manuel António Alves e de Maria Ernestina da

Silva, licenciou-se em Ciências Empresariais. Foi professor na Escola Preparatória Augusto Moreno, em Bragança, entre 1969 e 1975, no Seminário maior de São José, também naquela cidade, de 1969 a 1970 e no ISLA – Instituto Superior de Línguas e Administração no triénio 1998-2000. Cumpriu o serviço militar obrigatório em Moçambique como comandante de uma Unidade de Armas Pesadas entre 1971 e 1973. Membro fundador do PSD, foi eleito deputado à Assembleia Constituinte pelo círculo de Bragança na lista do então Partido Popular Democrático. Renunciou ao mandato em 4 de fevereiro de 1976, invocando que a sua atividade profissional não lhe permitia manter o mínimo de assiduidade que o cargo exigia. Foi deputado à Assembleia da República na I Legislatura (1976-1980) pelo Partido Social-Democrata, na II (1980-1983) pela Aliança Democrática e na III (1983-1985), uma vez mais pelo Partido Social Democrata, em substituição de Casimiro António Pires. Foi o autor, juntamente com o deputado João Gonçalves (PSD), do Projeto de Lei N.º 133/II, que criou a freguesia de Vale da Sancha, no concelho de Mirandela (1982), votou contra o Projeto de Lei 7/III – Interrupção Voluntária da Gravidez em 1983 e a favor do Projeto de Lei 400/III – Remuneração dos titulares de cargos políticos, em 1985. Foi delegado distrital da Junta Central das Casas do Povo, responsável da Delegação da Secretaria de Estado e das Comunidades Portuguesas entre 1985 e 1986 e presidente e secretário da Assembleia Municipal de Bragança.

Fátima Mariano

Fontes e bibliografia

Arquivo Histórico Parlamentar, Assembleia Constituinte, Registo Biográfico dos Deputados, 1975; *Diário da Assembleia Constituinte*, 2 de junho de 1975 a 2 de abril de 1976. Lisboa: Assembleia da República, 1995; *Diário da Assembleia da República*, I Série, III Legislatura, sessão legislativa n.º 1, n.º 001, 31 de maio de 1983, p. 6; *Diário da República*, n.º 254, I Série, 2.º Suplemento, 3 de novembro de 1980; Fonte, Barroso da, *Dicionário dos mais ilustres transmontanos e alto durienses*. Vol. III. Guimarães: Editora Cidade Berço, 2003, p. 24-25.

ALVES, José Manuel Rodrigues

(n. 137, Tui, Espanha)



Eleito deputado no círculo eleitoral de Braga pelo Partido Socialista, substituiu Agostinho de Jesus Domingues a partir de janeiro de 1976. Filho de Manuel Rodrigues Silva e de Áurea Alves de Rodrigues. Com o 2.º ano do Instituto Industrial, trabalhou como empregado de escritório. Na sessão de 4 de março (n.º 113), apresentou – com os deputados Adelino Augusto Miranda de Andrade e Joaquim de Oliveira Rodrigues – um requerimento dirigido ao Ministério da Administração Interna acerca da nomeação (proposta pelo governador civil) do presidente da Comissão Administrativa dos Serviços Federados da Região de Basto, já homologada pelo Ministério. Alegadamente, teria sido lançada uma campanha de difamação contra